

A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO URBANO BRASILEIRO E RENDA FAMILIAR.	2
INTRODUÇÃO	2
1. INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.	3
2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR.	9
3. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA RENDA DA FAMÍLIA.	14
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	22
BIBLIOGRAFIA.	22

A INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO URBANO BRASILEIRO E RENDA FAMILIAR.

*LUCIA DOS SANTOS GARCIA**

ECLÉIA CONFORTO•

RESUMO:

Altas e crescentes taxas de desemprego, precarização das condições de trabalho, flexibilização e terceirização da contratação, queda dos rendimentos, aprofundamento e crescimento da desigualdade social e da concentração da renda são as características mais marcantes da reestruturação do modelo econômico do país, vivenciado pelos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras, sobretudo a partir da metade dos anos 90. Nesse quadro hostil teve prosseguimento o processo - gradual e contínuo - de inserção da mulher no mercado de trabalho, cuja condição para o exercício profissional é marcada por situações ainda mais adversas, oriundas de uma cultura econômica centrada no poder masculino. Pretende-se analisar a forma como evoluiu a entrada da mulher no mercado de trabalho, no Brasil, na comparação entre dados de 2004 e 1998, em relação às desigualdades de inserção e renda. Também são apontadas as mudanças nos arranjos e na composição das famílias e a importância crescente e gradual do rendimento feminino para a renda familiar diante das modificações do mercado de trabalho. Além disso, destacam-se os impactos dessas transformações na vida dos demais membros da família que, muitas vezes, são empurrados para o mercado de trabalho para incrementar a renda.

Palavras Chaves: Mercado de Trabalho, Mulher, Arranjos e Composição Familiar.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas tem ocorrido substancial mudança no padrão de participação das mulheres no mercado de trabalho. Não apenas tem sido crescente a incorporação do contingente feminino na população ativa mundial, como este movimento se consolida enquanto um processo contínuo e persistente. Assim, diferentemente de alguns anos atrás, a mobilização das mulheres ao aparato produtivo hoje não é eventual, guardando certo distanciamento de oscilações conjunturais, sejam elas de ordem econômica, sejam de natureza política – como os períodos de guerras. Ademais, o ciclo de vida das mulheres, explicitamente o dito período reprodutivo, parece gradualmente assumir menor relevância na entrada e permanência deste segmento no mundo laboral.

* Economista e Coordenadora Nacional da Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE.

• Economista DIEESE e Doutoranda PPGE/UFRGS.

Entre os fatores que lastreiam esse movimento se encontram, de um lado, os avanços tecnológicos e culturais que deram as mulheres as condições para o controle contraceptivo; de outro, as mudanças econômicas e sociais que atingiram a América Latina, especialmente a partir do final da década de 80, tornando mais sofisticado e amplo o espectro de consumo familiar em simultâneo a queda das rendas e empobrecimento dos trabalhadores. Emoldurados em um quadro hostil, em que os interesses do capital tiveram forte primazia sobre os do trabalho, porém, o estímulo a inserção feminina no mercado de trabalho ainda se dá em condições adversas, em uma cultura econômica centrada no poder masculino.

Buscando trazer elementos para melhor compreensão deste quadro, particularmente no que diz respeito ao mercado de trabalho urbano brasileiro, este estudo pretende sistematizar informações coletadas por dois importantes inquéritos domiciliares nacionais – a Pesquisa de Emprego e Desemprego (**PED**), realizada pelo DIEESE, em convênio com a Fundação SEADE, governos estaduais e Ministério Emprego e Trabalho (M.T.E) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (**PNAD**), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Objetiva-se analisar a evolução recente da inserção feminina na estrutura produtiva de importantes centros metropolitanos no período compreendido entre 1998 e 2004, apontando alterações não apenas na intensidade de engajamento das mulheres ao mercado de trabalho, mas as dificuldades enfrentadas por esta população no enfrentamento ao desemprego, as desigualdades ocupacionais e de remuneração, comparativamente ao contingente masculino. Também são apresentadas as mudanças nos arranjos e composição das famílias e a importância crescente da contribuição dada pelas mulheres ao rendimento familiar.

O artigo está dividido em quatro seções, além desta breve introdução. Na primeira procura-se analisar a inserção da mulher no mercado de trabalho considerando a taxa de participação, taxa de desemprego, ocupação e renda. A segunda seção trata da participação feminina na organização familiar segundo o tipo de estrutura familiar: nuclear com filhos, nuclear sem filhos, monoparental e unipessoal. A terceira seção procura analisar o comportamento da renda familiar segundo o tipo de organização familiar. Na última seção seguem as considerações finais.

1. INSERÇÃO FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO.

A participação feminina na população economicamente ativa tem crescido em quase todos os países do mundo desde a década de 70. Segundo dados das nações unidas, aproximadamente 45% das mulheres do mundo entre 15 e 64 anos de idades estão economicamente ativas. A taxa de participação feminina aumentou tanto nos períodos de recessão quanto nos de prosperidade, enquanto a participação masculina

tem decrescido. Além disso, as mulheres continuam ativas economicamente, mesmo durante o período em que estão gerando e cuidando dos filhos.

Segundo os dados do DIEESE, a taxa de participação feminina, indicador que expressa a proporção de mulheres com 10 anos e mais de idade que efetivamente trabalham ou procuram trabalho, apresentou crescimento contínuo entre 1998 e 2004. Apesar de apontar a predominância da participação masculina em todas as regiões, a taxa de participação dos homens, no período, manteve-se estável ou apresentou-se decrescente. Em 2004, nas áreas metropolitanas analisadas, o maior engajamento masculino na força de trabalho foi observado em São Paulo (73,0%) e o menor em Recife (62,5%), sendo que nesse último, registrou-se a maior retração da participação masculina (-5,0%), também elevada em Porto Alegre (-2,3%) (Tabela 1).

Quanto à *taxa de participação* feminina, os dados indicam, em 2004, crescimentos significativos em relação a 1998, com destaque para Belo Horizonte, com taxa de 13,4%; seguido por São Paulo, Distrito Federal e Porto Alegre, com taxas entre 9,3% e 8,0%, e por Salvador, com 5,7%. A participação feminina varia entre 43,2% (Recife) e 58,6% (Distrito Federal). Vale destacar que nos anos subsequentes a 1998 houve uma deterioração dos indicadores do mercado de trabalho, com elevação do desemprego e redução da renda. Entre 2003 e 2004, com o crescimento da economia, verificou-se melhora do desempenho do mercado de trabalho em todas as regiões metropolitanas, exceto Recife.

Tabela 1 - Taxa de participação segundo sexo, nas regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 a 2004

(em %)

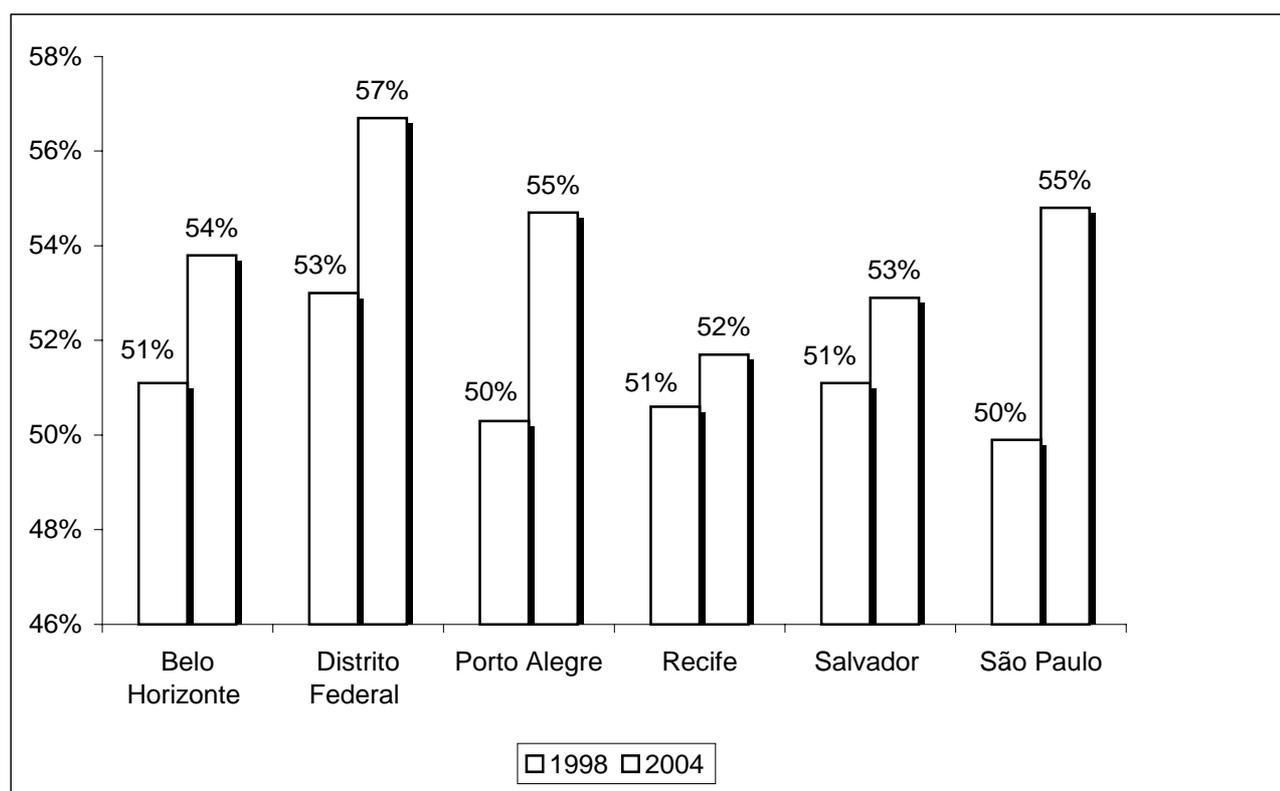
Regiões	1998		2004		Var. 2004/1998	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Metropolitanas						
Belo Horizonte	47,7	68,6	54,1	68,1	13,4	-0,7
Distrito Federal	54,2	70,8	58,6	71,4	8,1	0,8
Porto Alegre	46,1	68,4	49,8	66,8	8,0	-2,3
Recife	43,6	65,8	43,2	62,5	-0,9	-5,0
Salvador	52,5	68,7	55,5	69,3	5,7	0,9
São Paulo	50,8	73,3	55,5	73,0	9,3	-0,4

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Contudo, a maior presença no mercado de trabalho não se reverte, por si só, em sucesso na inserção, especialmente em ambientes de baixo crescimento econômico. Apesar da expansão da *taxa de participação*, as *taxas de desemprego* feminino apresentaram-se, sistematicamente, superiores às masculinas. Em 1998, a mulher já representava mais da metade do total de desempregados das regiões, sendo que no Distrito Federal, esse percentual era de 53,0%. Em 2004, após vários anos de baixo crescimento e elevação do desemprego, essas proporções cresceram, chegando, no Distrito Federal, a 56,3% dos desempregados (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Proporção de mulheres no total de desempregados nas Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 1998 a 2004



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Além de mais elevadas, as taxas de desemprego feminino apresentam - no ano de 2004, em comparação com 1998 - maior elevação que a verificada para os homens em quatro das regiões analisadas: Distrito Federal (8,6%), Porto Alegre (2,7%), Salvador (3,3%) e São Paulo (1,9%). Em Belo Horizonte, as taxas de homens e mulheres tiveram um forte crescimento, 17% e 22,6%, respectivamente. Em Recife, esse comportamento foi semelhante (Tabela 2).

Tabela 2 - Taxa de desemprego total segundo sexo, nas regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 a 2004 (em %)

Regiões	1998		2004		Var. 2004/1998	
	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem
Metropolitanas						
Belo Horizonte	18,7	13,7	21,9	16,8	17,1	22,6
Distrito Federal	22,1	17,4	24,0	17,8	8,6	2,3
Porto Alegre	18,6	13,7	19,1	13,1	2,7	-4,4
Recife	24,9	19,0	26,5	20,3	6,4	6,8
Salvador	27,1	22,9	28,0	23,2	3,3	1,3
São Paulo	21,1	16,1	21,5	16,3	1,9	1,2

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

A entrada crescente no mercado de trabalho, em um ambiente de baixo crescimento econômico e de geração de postos de trabalho insuficientes para absorver esse novo contingente de trabalhadoras, teve impacto não só sobre o desemprego, mas também na persistência de um elevado percentual de contratação não formalizada. As mulheres estão mais sujeitas a ocupações com inserção vulnerável, definida como aquelas sem proteção e direitos trabalhistas, em 2004, destaca-se a região metropolitana de Salvador com o maior percentual de 50,2% e a região de Porto Alegre com o menor indicador de 30,7%. Essa situação compreende todos os assalariados sem carteira de trabalho assinada, empregados domésticos, autônomos que trabalham para o público e trabalhadores familiares.

Essa maior vulnerabilidade do trabalho feminino pode ser explicada, em parte, pela presença da mulher no emprego doméstico, superior a 15% em todas as regiões, atingindo quase um quinto das ocupadas em Salvador. Entretanto, deve-se registrar que, confrontando-se 2004 com 1998, houve redução da vulnerabilidade - tanto masculina como feminina – na maioria das regiões, à exceção de Salvador e São Paulo.

Cabe ressaltar que as oportunidades geradas para as mulheres no mercado de trabalho estão associadas à vida privada, ao cuidados da família e por isso sua inserção profissional seria uma extensão da vida doméstica. Diversas análises sobre as mulheres no mercado de trabalho indicam uma tendência à conformação de nichos ocupacionais femininos, ligados, por exemplo, a educação (professoras), saúde (enfermeiras, psicólogas e terapeutas) e manutenção dos espaços domésticos (empregadas domésticas e

prestadoras de serviços de limpeza). Entretanto mesmo dentro dessas áreas é possível encontrar a desigualdade entre homens e mulher, um exemplo é o setor de ensino, onde grande parte das mulheres professoras encontra-se no ensino básico e fundamental, no ensino superior ainda predomina os homens.

A maior parte das mulheres no Brasil – da mesma forma que os homens – está empregada no setor de serviços¹. Já em 1998, entre 50% e 59,6% da força de trabalho feminina estava alocada neste setor. Esta participação relativa representou, em 2004, percentuais que variam de 51% a 62%. Indicação bastante significativa dos dados do período é a queda da participação relativa do emprego feminino no segmento dos serviços domésticos. Em 1998, esta participação variou de 17,8% a 24,0% nas regiões analisadas e, em 2004, de 15,1% a 20,3%.

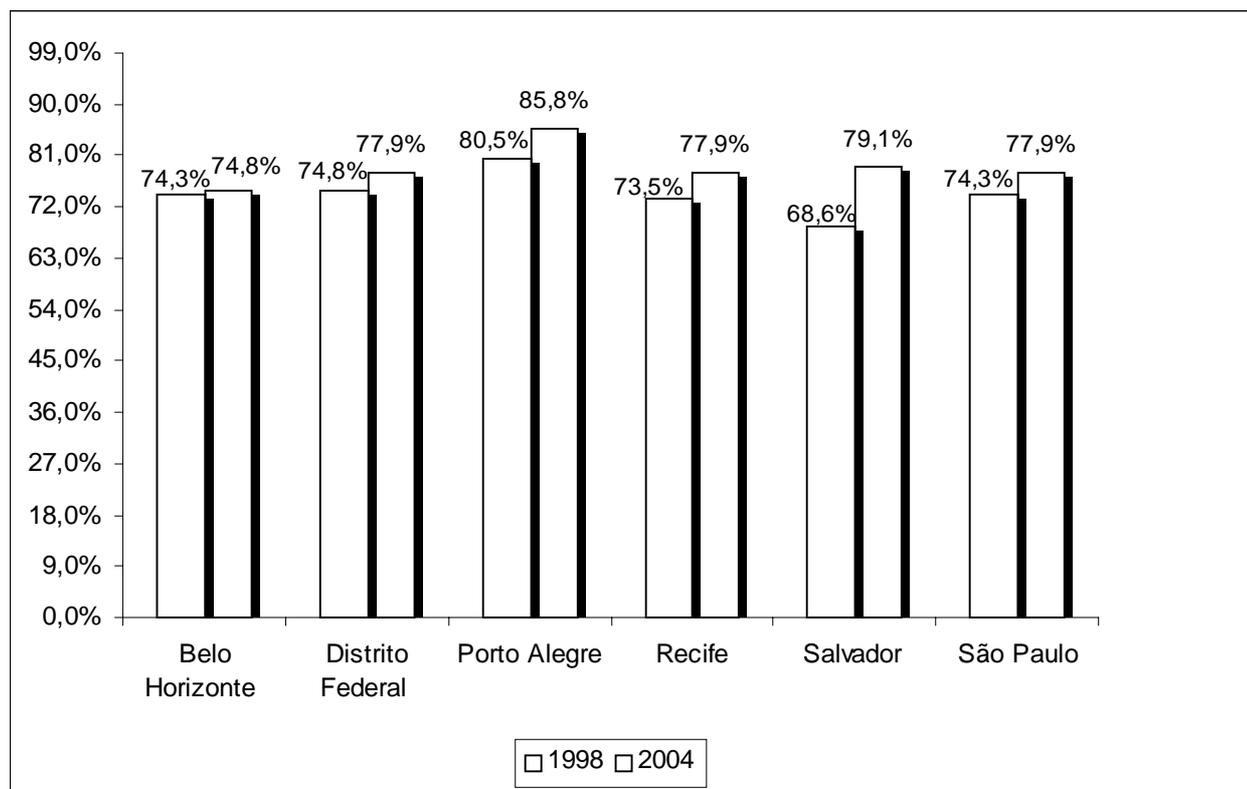
Mesmo considerando a diversidade do setor terciário, sabe-se que a possibilidade de vinculações precária ao mercado de trabalho nessa área é maior, reduzindo as chances da inserção da mulher em empregos com melhor qualidade. O aumento da participação feminina no setor industrial está ligado em parte ao processo de reestruturação produtiva, as terceirizações, e as mudanças dos centros industriais para o interno do país. Em São Paulo, 14,3% das mulheres encontravam-se nesse setor, em 2004 esses números é de 14,5% , a maior taxa de participação das seis regiões metropolitanas pesquisadas.

Quando ocupada, a mulher enfrenta outra dificuldade, que é a desigualdade de remuneração em relação ao homem. Para a análise desse indicador, tomou-se como referência o valor da hora trabalhada, uma vez que a jornada feminina tende a ser sistematicamente inferior a masculina.

Independentemente do sexo, o Distrito Federal e São Paulo são as regiões que registram os maiores níveis para o rendimento médio hora. Em ambas as localidades, porém, as mulheres recebem, em média, 77,9% do que ganham os homens em 2004. Considerando o conjunto de regiões, a proporção do rendimento feminino variou entre 85,8%, em Porto Alegre, e 74,8%, em Belo Horizonte.

1 Uma característica marcante do mercado de trabalho brasileiro é a forte presença do setor de serviços enquanto principal empregador.

Gráfico 2- Proporção do rendimento médio hora feminino em relação ao masculino
Regiões metropolitanas e Distrito Federal – 1998 a 2004



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Em 2004 comparativamente a 1998, houve redução da desigualdade entre os rendimentos dos homens e das mulheres, em favor destas, no conjunto das regiões analisadas. Não obstante, esse movimento aparentemente positivo não se origina de um virtuosismo do mercado de trabalho brasileiro, dado que advém da acentuada retração dos rendimentos masculinos, significativamente maior que a observada nos rendimentos das mulheres durante o período. Tal situação é reveladora de um empobrecimento generalizado, tanto dos trabalhadores homens quanto das trabalhadoras mulheres (Gráfico 2).

2. A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA ORGANIZAÇÃO FAMILIAR.

O ingresso feminino no mercado de trabalho brasileiro tem se conformado como um processo contínuo diversificado e a princípio definitivo. Impulsionadas pela necessidade de participar na manutenção da família ou simplesmente pela realização profissional a força de trabalho feminina alterou não somente as

características do mercado de trabalho mas também a composição familiar e domiciliar. O número de famílias chefiadas por mulheres, vem aumentando sensivelmente nas últimas duas décadas.

O crescimento da participação das mulheres em atividades remuneradas pode estar ligado a seletividade do mercado de trabalho, que ao definir um novo padrão de absorção da força de trabalho tem possibilitado o crescimento e manutenção da inserção feminina. Além disso as modificações no papel da mulher na sociedade e conseqüentemente as alterações na estrutura dos núcleos domésticos têm ampliando sua participação independente da idade ou da posição na organização familiar.

As análises voltadas para o mercado de trabalho indicam a tendência de emprego das mulheres enquanto aquelas direcionadas para a organização familiar permitem conhecer as respostas das famílias as diferentes conjunturas que condicionam as possibilidades de emprego. Nesse sentido a metodologia utiliza nessa seção considera quatro tipos de organização familiar: nuclear chefia com filhos, nuclear chefia sem filhos, monoparental e unipessoal. Os dados utilizados para o Brasil foram extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD/IBGE para os anos de 1993 e 2003. Com relação às regiões metropolitanas foram trabalhados dados da Pesquisa de Empregos e Desemprego – PED². Nesse caso, os indicadores foram agregados para dois triênios: de 1998 a 2000 e de 2002 a 2004³.

Observa-se que uma nova tendência delinea-se na articulação dos arranjos familiares de inserção no mercado de trabalho em conseqüência da redução dos postos de trabalho e da redução da participação masculina no período analisado, que resultou em crescente desemprego dos até então principais mantenedores das famílias: os chefes masculinos e os filhos. A esse último soma-se à dificuldade de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Os novos arranjos refletem um maior compartilhamento das responsabilidades de manutenção da família entre seus componentes, e a transferência de parte dessa responsabilidade para outros membros da família.

Pode-se notar uma tendência geral, em todos os tipos de família, do crescimento da participação da mulher entre os ocupados da família e a redução do peso do chefe masculino, exceto no caso das famílias na etapa da "velhice" no ciclo de vida familiar com filhos residentes. O peso do chefe entre os ocupados da família aumenta, por sua vez, na família da chefe feminina sem cônjuge.

Os dados extraídos da PNAD indicam que o número global de famílias no Brasil cresceu 33,5% entre 1993 e 2003. Nesse dez anos o número total de lares chefiados por mulheres apresentou um aumento maior de 72,6% (Gráfico 3). Esse crescimento fez com que em 2003, 28,8% das famílias fossem chefiadas por mulheres. Para 2003, os dados relacionados ao tipo de família indicam que apesar da

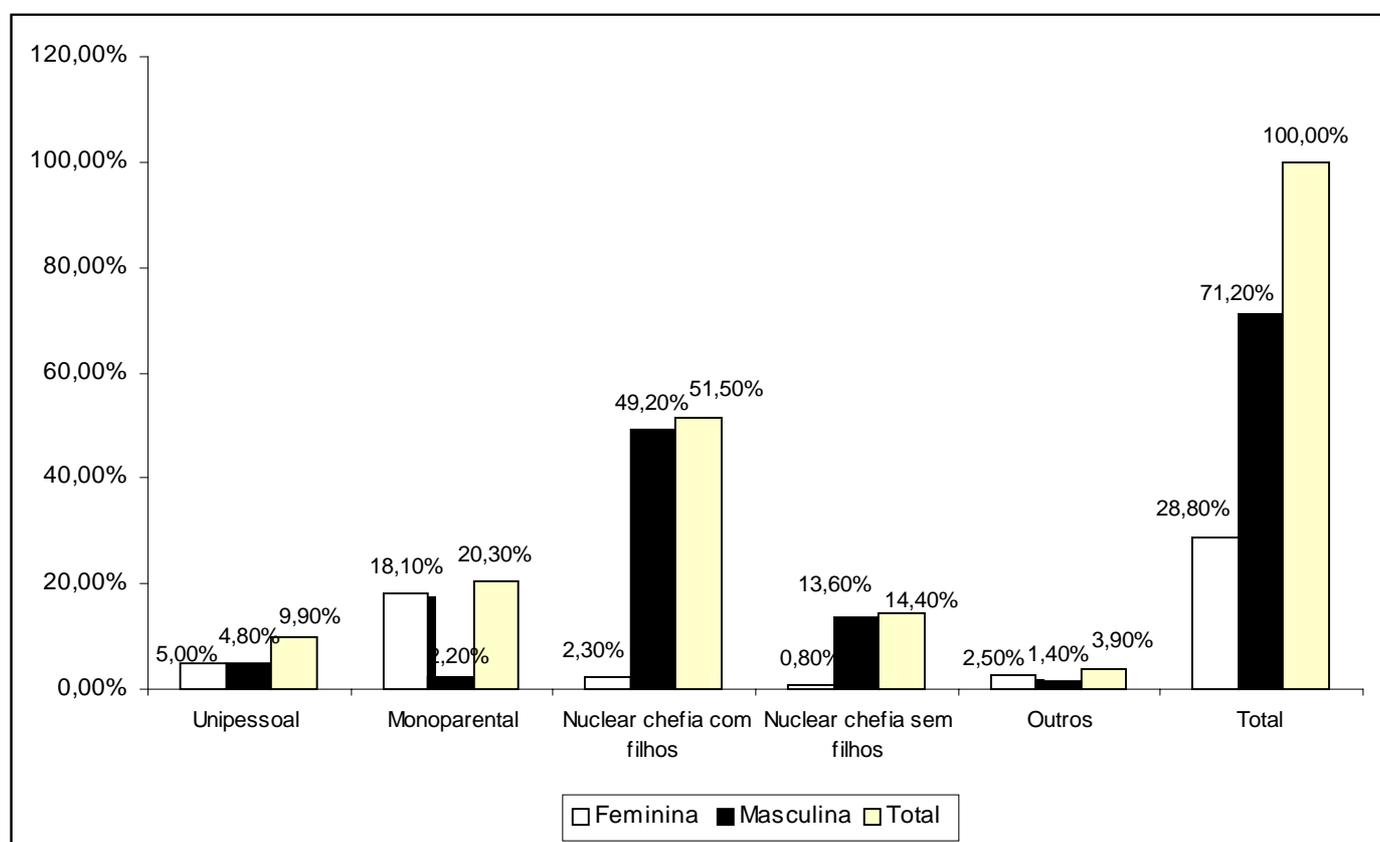
2 Realizada pelo convênio DIEESE/SEADE/MET-FAT e entidades locais nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal. Devido à dificuldade de se desagregar da amostra para as categorias da renda feminina dentro da renda familiar, segundo o arranjo das famílias, excluíram-se os dados do Distrito Federal.

3 As informações foram agregadas em triênios para maior significância estatística.

pequena participação da mulher (3,1%) como chefe de família nos lares formados por uma relação nuclear com ou sem filhos, esses foram os tipos de estrutura familiar que mais cresceram nesses últimos dez anos, consolidando taxas de crescimento de 367,7% e 385,55% respectivamente.

A participação das mulheres como chefes de família nas regiões Nordeste (29,3%), Norte (32,8%) e Sudeste (29,3%) foram superiores a média nacional de 28,8%. Na região Nordeste destaca-se o predomínio de famílias de outros tipos sob a chefia feminina (71,9%) acima da média brasileira de 64,1%. No Sudeste, observa-se que mais da metade das famílias unipessoais (55,1%) era feminina. O Norte por sua vez, concentra as maiores taxas, entre todas as regiões, de unidades familiares formadas por um núcleo de chefia feminina com e sem filhos (8,9% e 11,7% respectivamente).

Gráfico 3 - Distribuição de tipos de famílias e sexo do responsável, Brasil, 2003



Fonte: FIBGE - PNAD 2003

Nota: (1) Excluída a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Para, Amapá.

Elaboração: DIEESE

Os dados Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), permitiram observar resultados semelhantes aos apresentados no conjunto para o Brasil. Em todas as regiões metropolitanas analisadas, assim como no panorama nacional é crescente presença da mulher como responsável do lar. A Região da Grande

Porto Alegre, é um exemplo dessa situação, as famílias unipessoais com chefia feminina correspondiam no triênio 1998 a 2000 a 7,1%, esse percentual passou para 8,1% no triênio seguinte. (Tabela) .

Essa transição comportamental, em que a mulher torna-se, cada vez mais, responsável pela gestão e manutenção da família, acontece em um cenário que tem como pano de fundo, a redução do número de dependentes, pelo processo de envelhecimento da população. Tal fenômeno passou a ser mais observado no Brasil a partir de 1960, pela redução acentuada, e ainda em curso, da fecundidade. Nas décadas iniciais desse longo processo, gera-se uma situação favorável, conhecida como dividendo (ou bônus) demográfico, quando o peso de crianças diminui e o aumento de idosos ainda não se fez presente. Nesse período, a renda per capita da família eleva-se e tende a se aproximar do rendimento dos ocupados, com a redução de dependentes, o que possibilita a mobilidade social, como de fato ocorreu com outros países. Nos últimos dez anos, esse fenômeno se intensificou, pois a redução da parcela de crianças mais que compensou o aumento de pessoas de 65 anos e mais, fazendo com que a razão de dependência (crianças mais idosos, sobre população adulta até 64 anos) reduzisse de 37% para 32,3%, entre 1993 e 2003. Esse indicador tende a ser menor para as famílias sob responsabilidade das mulheres, que dos homens, tanto em 1993 (36,5% contra 38,7%), como em 2003 (31,1% contra 36,8), uma vez que a chefia feminina está mais associada a lares com pouco ou nenhum filho.

A participação das mulheres como chefes de família se altera conforme o arranjo familiar no qual ela se encontra (Tabela 3). As famílias nucleares com filhos, ou seja, aquelas formadas pelo chefe, conjuge e o(s) filhos, representam metades do total das famílias em todas as regiões metropolitanas, segundo os dados do DIEESE. Em São Paulo, 53,5% das famílias tinha essa constituição, a menor proporção, entre as regiões pesquisadas, encontra-se em Salvador com 47,8% no triênio 2000-2004. Nas famílias nucleares com filhos, a chefia feminina foi realidade em apenas 1% das famílias em Belo Horizonte e 1,9% em Salvador. O que indica que nesta composição familiar, a chefia ainda é declaradamente masculina, e a mulher tende a assumir o papel de cônjuge.

Assim como os dados nacionais sugeriram, constatou-se nas regiões metropolitanas que apesar da chefia masculina de família nuclear com filhos ser a mais presente, essa foi à única forma de organização familiar a perder peso relativo, no período analisado. Na região metropolitana de Belo Horizonte, onde essa forma era a mais típica, seu peso reduziu de 55,8%, para 51,3%, entre os triênios de 1998-2000 e 2002-2004.

As famílias nucleares sem filhos são aquelas constituídas apenas do chefe e seu cônjuge, com ou sem a presença de outros integrantes. Este arranjo familiar, apresentou a tendência de crescimento em todas as capitais analisadas, com exceção de São Paulo, representando 15,8% das famílias em Porto Alegre, 13,3% em São Paulo e 11,2% em Recife (Tabela 2 – Anexo). A chefia feminina tem um peso muito pequeno dentro desta tipologia familiar, representando 0,6% das famílias em Porto Alegre e Salvador, as maiores

proporções verificadas nas regiões. Quando existe a presença do homem, a chefia de família é declaradamente masculina, com a mulher assumindo o papel de cônjuge na família.

No triênio 2002/2004, o número médio de pessoas nas famílias nucleares sem filhos variou entre 2,1 e 2,5 pessoas, dependendo da região. No triênio 1998-2000, este número manteve-se praticamente inalterado nas regiões analisadas.

Na organização familiar monoparental, formada por chefes de família com filhos e sem a presença de cônjuges, a chefia feminina esteve mais presente na Grande Recife, como 21,5%, do total das famílias no triênio 2002 a 2004. Essa parcela foi menor na Região Metropolitana de Porto Alegre, que mesmo assim, já representava 15,5% das famílias, no mesmo período. Famílias monoparentais com chefia masculina perfazem menos de 2,5% do total das famílias. No período entre os triênios de 1998-2000 e 2002-2004, esse tipo de organização familiar foi também o que mais ganhou posição relativa, tendo como destaque a RM de São Paulo, que elevou de 13,9% para 15,6%, no período.

Na análise por tipos de famílias e o sexo de seu responsável, segundo as grandes regiões e Brasil em 2003, observa-se que em todas as cinco regiões, a família monoparental foi o tipo com maior proporção de chefias femininas, com percentuais muito próximos ao percentual do Brasil (89,2%). Essa é a segunda forma de aglutinação familiar (18,1%), sendo inferior somente ao modelo tradicional de família com chefia masculina e com filho que ainda representa cerca da metade (49,2%) do total de famílias.

Cada vez mais freqüente, a decisão de morar motivou uma das principais mudanças de composição dos tipos de famílias. Conforme os dados da PNAD-IBGE, para 2003, o arranjo familiar unipessoal responde por cerca de 10% das famílias brasileiras. Esse processo encontra-se em estágio mais avançado nas regiões metropolitanas. Os dados da PED para o 2002 a 2004, demonstram que com a exceção da Grande Recife (onde as famílias unipessoais chegavam a 7,9%) a família unipessoal era ainda mais freqüente nas áreas metropolitanas pesquisadas. Na RM de Porto Alegre 13,5% das famílias eram unipessoais nos anos 2002-2004, e na Grande Salvador, 11,9%, no mesmo período. Nas seis regiões pesquisadas, a presença da família unipessoal cresceu entre os anos 1998-2000 e os últimos três anos, como na RM de Belo Horizonte, que de 8,3%, saltou para 10,7% do total das famílias.

Modelo paradigmático das recentes tendências comportamentais, o arranjo familiar unipessoal ganhou mais representatividade devido às mulheres. Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, as mulheres que moravam sozinha foram mais freqüentes que os homens, e na Grande Porto Alegre, as famílias unipessoais femininas já respondiam por 8,1% das famílias no último triênio.

Tabela 3 - Distribuição das famílias segundo tipologia de arranjo familiar, nas Regiões Metropolitanas - 1998/1999/2000 e 2002/2003/2004

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas					
	Belo Horizonte		Porto Alegre		Recife	
	98/99/00	02/03/.04	98/99/00	02/03/.04	98/99/00	02/03/.04
Total	100	100	100	100	100	100
Unipessoal feminina	4,4	5,6	7,1	8,1	3,9	4,3
Unipessoal masculina	3,9	5,1	4,8	5,4	3,3	3,6
Monoparental feminina	17,2	18,3	14,2	15,5	19,9	21,4
Monoparental masculina	1,9	2,2	1,8	2	2,1	2,3
Nuclear chefia feminina com filhos	0,9	1	0,5	1	1	1,4
Nuclear chefia masculina com filhos	55,8	51,3	51,6	47,3	54,4	50,5
Nuclear chefia feminina sem filhos	0,3	0,3	0,4	0,6	0,3	0,4
Nuclear chefia masculina sem filhos	10	10,5	15,6	15,8	10,7	11,2
Outros	5,6	5,7	4	4,3	4,4	4,8

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas			
	Salvador		São Paulo	
	98/99/00	02/03/.04	98/99/00	02/03/.04
Total	100	100	100	100
Unipessoal feminina	4,8	5,3	5,1	5,6
Unipessoal masculina	5,8	6,6	4,6	4,9
Monoparental feminina	19,7	20,7	13,9	15,6
Monoparental masculina	2,4	2,4	1,8	1,7
Nuclear chefia feminina com filhos	1,1	1,9	0,9	1,1
Nuclear chefia masculina com filhos	49,5	45,4	54,7	52,4
Nuclear chefia feminina sem filhos	0,4	0,6	0,3	0,4
Nuclear chefia masculina sem filhos	9,7	10,4	13,3	13,3
Outros	6,6	6,7	5,4	5

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

3. PARTICIPAÇÃO FEMININA NA RENDA DA FAMÍLIA.

Essa mudança na qual a mulher se torna, cada vez mais, responsável pela gestão e manutenção da família, acontece em um cenário que tem como pano de fundo a redução do número de pessoas nas famílias, o que em princípio, aumentaria a renda disponível *per capita*. Entretanto as condições impostas pelo mercado de trabalho, aos trabalhadores em geral e às mulheres em particular, impediram que um número menor de pessoas na família resultasse em um aumento do rendimento familiar *per capita*, tendo como efeito uma queda generalizada dos rendimentos para todos os tipos de famílias no período.

Os rendimentos médios das famílias nucleares com filhos são superiores aos demais arranjos familiares, estando relacionado à contribuição de um número maior de pessoas na renda total da família. No triênio 2002-2004, o número médio de pessoas nas famílias nucleares com filhos foi ligeiramente superior para aquelas com chefia feminina, variando entre 4 pessoas (Porto Alegre) a 4,6 (Salvador). Para as famílias com chefia masculina, a média variou entre 4,0 (Porto Alegre) e 4,3 (Salvador). Quando se comparou com os dados do triênio 1998/2000, percebeu-se um declínio na quantidade média de pessoas, em decorrência da redução da fecundidade, entre outros motivos. Mas essa redução não foi suficiente para compensar a diminuição da renda total das famílias, o que resultou em uma renda disponível por membro mais baixa.

Em Belo Horizonte (R\$ 1.526), Recife (R\$ 1.070) e São Paulo (R\$ 1.926), a renda média de famílias chefiadas por homens superou a renda declarada pelas de chefia feminina. Já em Porto Alegre (R\$ 1.801) e Salvador (R\$ 1.581) observa-se uma situação inversa, ou seja, as famílias com chefia feminina apresentaram maior rendimento, ressaltando sempre a pequena proporção que estas representam dentro do total de famílias. Quando comparado com o triênio 1998/2000, observou-se redução de renda para todas as famílias, destacando-se a região metropolitana de São Paulo onde a renda das famílias com chefia feminina se reduziu em 22,5% nos dois triênios e 23,1%, para as de chefia masculina.

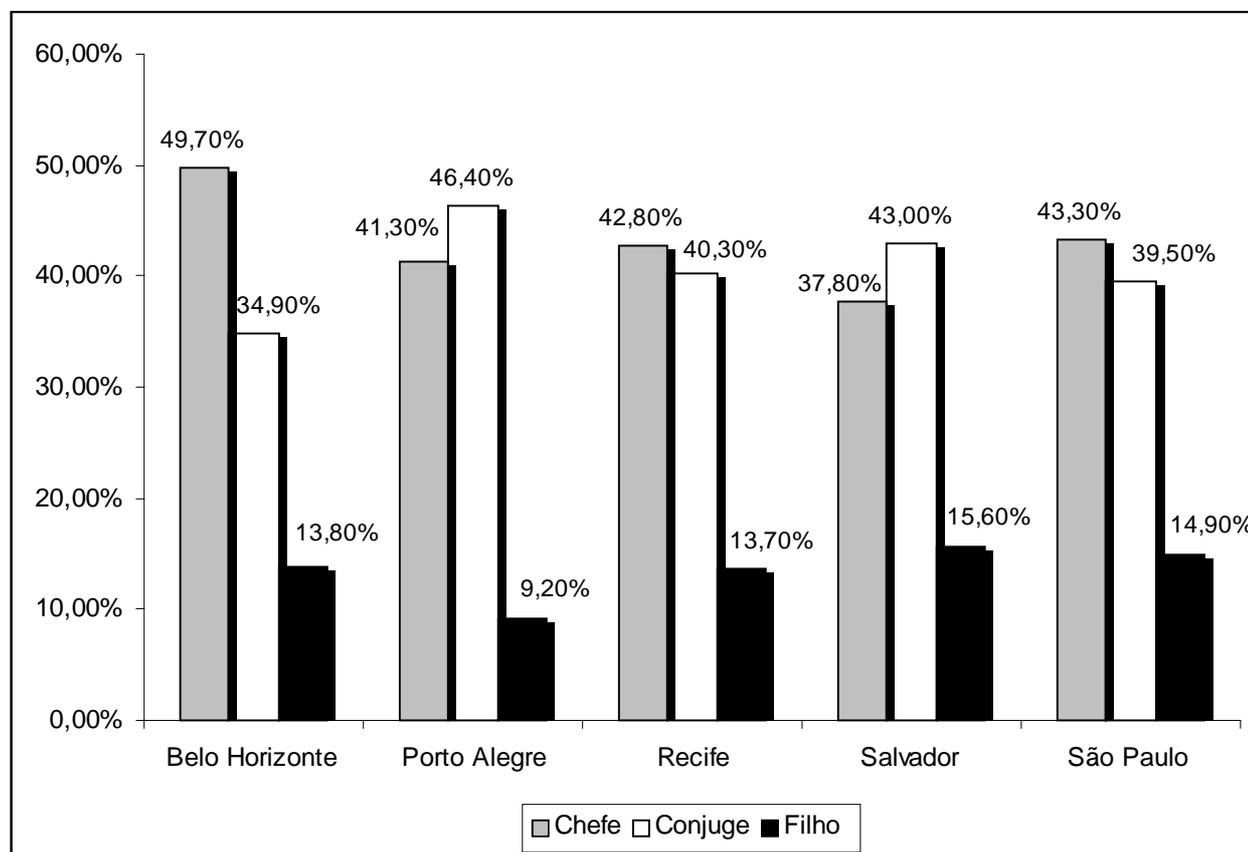
Em relação ao **rendimento médio per capita**, as famílias nucleares com filhos receberam os menores rendimentos, sendo superior apenas aos rendimentos registrados pelos arranjos monoparentais chefiadas por mulheres ou sem a presença de cônjuge, que, tradicionalmente, têm a pior situação de rendimento.

A composição da renda das famílias chefiadas por homens indicou que, em todas as regiões analisadas, mais de 64% da renda foi oriunda do trabalho do chefe e que os cônjuges contribuíram com cerca de 19% desta renda, em Porto Alegre, esse percentual atingiu 22,5%, sendo a região com a maior contribuição do trabalho feminino na renda familiar.

A responsabilidade dos filhos na renda familiar variou entre 10,8% (Recife) e 14,5% (São Paulo), sendo que a contribuição do filho do sexo masculino superou, em todas as regiões, a participação da filha mulher. São Paulo, do percentual de 14,5% da renda familiar correspondente aos filhos, 8,4% tem origem no trabalho dos meninos e 6,1%, pelo das meninas, no triênio 2002-2004. Nos dois triênios analisados, observou-se o aumento da participação da renda do cônjuge mulher em todas as regiões pesquisadas.

Ao comparar as famílias com chefias masculinas aos lares chefiados por mulheres pode-se observar que nesse último a contribuição de cada membro na renda doméstica ocorre de uma maneira mais equilibrada. Destaca-se a maior participação do rendimento dos filhos no total da família em todas as regiões, exceto Porto Alegre (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Distribuição da massa de rendimento total das famílias nucleares com filhos chefiadas por mulheres, segundo posição na família, Regiões metropolitanas – 2002/2003/2004



Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Um olhar mais atento sobre a composição da renda das famílias nucleares com filhos, chefiadas por homens, segundo a faixa etária dos cônjuges revelou algumas diferenças. No triênio 2002-2004, para famílias com cônjuges com idade até 34 anos, a renda do chefe participou com mais de 70% e a dos cônjuges variou entre 18,2% (Recife) e 23,5% (Porto Alegre). Já a contribuição da renda dos filhos é quase nula. Nesta etapa da vida, muitas mulheres encontram-se cuidando de filhos pequenos, provavelmente, trabalhando com jornada reduzida ou mesmo, estando afastadas do mercado de trabalho.

Para as famílias com cônjuges entre 35 e 49 anos, cresceu a importância da renda feminina, que oscilou entre 20,8% (São Paulo) e 24,3% (Porto Alegre). O que indica que com os filhos mais crescidos, a mulher pode se dedicar ao trabalho remunerado. Por sua vez, a renda dos filhos aumentou de importância dentro da renda familiar, verificando-se em São Paulo a maior proporção, com 11,7%. . O que mostra que, para

incrementar a renda familiar, vários jovens estudam e trabalham ou se dedicam exclusivamente ao mercado de trabalho.

No caso de famílias com chefia masculina e cônjuge com idade acima de 50 anos, houve uma inversão na participação da renda dos filhos e das mulheres. O rendimento das mulheres perdeu importância (inferior a 18,5% em todas as regiões), dada a dificuldade de conseguir uma remuneração melhor, assim como pelo início da aposentadoria. Assim, a contribuição da renda dos filhos aumentou, atingindo maior peso em São Paulo (34,2%). Em contrapartida, os chefes contribuíram com cerca de metade da renda familiar total, proporção inferior à observada nas outras duas faixas etárias, muitas vezes porque se aposentaram e sofreram redução de rendimentos.

As famílias nucleares sem filhos apresentaram o segundo maior rendimento médio em comparação com os demais arranjos familiares, sendo inferior apenas ao das famílias nucleares com filhos (Tabela 3). Nas famílias com chefia masculina, os maiores rendimentos declarados foram observados em São Paulo (R\$ 1.738) e Porto Alegre (R\$ 1.514), sendo o menor em Recife (R\$915). Das poucas famílias chefiadas por mulheres, nas regiões onde se pode desagregar o dado, verificou-se que o rendimento percebido supera o das famílias com chefia masculina: Porto Alegre (R\$1.602) e Belo Horizonte (R\$1.480). Comparado com o triênio 1998/2000 verificou-se retração de renda para todas as famílias, destacando-se a ocorrida na região metropolitana de São Paulo (19,9%) e em Recife, 18,8%.

Tabela 3.2 Rendimento médio familiar (1) e rendimento médio familiar per capita (2) segundo tipologia de arranjo familiar Regiões Metropolitanas - 2002/2003/2004

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas								
	Belo Horizonte			Porto Alegre			Recife		
	N de pessoas	Rend.	Rend. familiar per capita	N de pessoas	Rend.	Rend. familiar per capita	N de pessoas	Rend.	Rend. familiar per capita
Total	3,2	1292	404	3,1	1436	468	3,5	911	259
Unipessoal feminina	1,0	794	794	1,0	839	839	1	467	467
Unipessoal masculina	1,0	941	941	1,0	1067	1067	1	598	598
Monoparental feminina	3,4	949	279	3,2	341	341	3,7	705	189
Monoparental masculina	3,2	1.421	444	3,1	459	459	3,6	969	268
Nuclear chefia feminina com filhos	4,4	1406	320	4,0	449	449	4,5	988	222
Nuclear chefia masculina com filhos	4,2	1526	363	4,0	421	421	4,2	1070	252
Nuclear chefia feminina sem filhos	2,2	1480	673	2,2	766	766	2,4	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina sem filhos	2,1	1426	679	2,1	714	714	2,2	915	418
Outros	2,6	1151	443	2,5	481	481	2,8	853	300

Arranjos Familiares	Regiões Metropolitanas					
	Salvador			São Paulo		
	N de pessoas	Rend.	Rend. familiar per capita	N de pessoas	Rend.	Rend. familiar per capita
Total	3,4	1172	345	3,3	1640	500
Unipessoal feminina	1	684	684	1	869	869
Unipessoal masculina	1	749	749	1	1185	1185
Monoparental feminina	3,8	868	230	3,4	1154	343
Monoparental masculina	3,4	1178	343	3,2	1621	515
Nuclear chefia feminina com filhos	4,6	1581	343	4,3	1732	401
Nuclear chefia masculina com filhos	4,3	1391	323	4,2	1926	464
Nuclear chefia feminina sem filhos	2,2	(9)	(9)	2	(9)	(9)
Nuclear chefia masculina sem filhos	2,2	1392	633	2,1	1738	816
Outros	2,8	1102	396	2,6	1427	553

Fonte: Convênio DIEESE/Seade/MTE-FAT e convênios regionais. PED -Pesquisa de Emprego e Desemprego

(1) O rendimento médio familiar consiste na média de rendimentos de aposentadoria ou pensões, do trabalho principal e adicional (só ocupados), de trabalhos ocasionais precários (só de inativos com trabalho ocasional e de desempregados com trabalho precário) e do seguro-desemprego (só de desempregados e inativos).

(2) Rendimento médio familiar per capita = rendimento médio familiar / nº médio de pessoas na família.

A composição da renda familiar com chefia masculina indicou que o homem respondeu por mais de 68,0% da renda em todas as regiões metropolitanas e a contribuição dos cônjuges variou entre 25,0% (Recife) e 29,7% (Porto Alegre), superior à observada nas famílias nucleares com filhos. Isto expressa que a ausência de filhos permite que maior número de mulheres se dediquem ao trabalho profissional remunerado.

Nos dois triênios analisados, observou-se o aumento do peso do rendimento do cônjuge no total familiar em todas as regiões analisadas, exceto em Belo Horizonte, que passou de 26,3% (1998-2000) para 25,98% (2002-2004). A renda do chefe teve sua participação ampliada enquanto que a participação da renda dos filhos se reduziu em todas as regiões analisadas.

Na composição da renda das famílias nucleares sem filhos chefiadas por homens segundo idade do cônjuge, no triênio 2002-2004, observou-se que: a renda do chefe representou mais de 65% do total da família quando o cônjuge tem até 34 anos ao mesmo tempo a renda deste último variou entre 24,8% (Recife) e 32,8% (Porto Alegre). A renda feminina assumiu maior importância na ausência de filhos, aumentando sua participação quando comparado com famílias nucleares com filhos.

Para as famílias sem filhos e com cônjuges mulheres entre 35 e 49 anos, elevou-se o peso do rendimento feminino, que variou entre 29,5% (Salvador) e 34,1% (Porto Alegre). O que sugere que a presença da mulher nesta faixa etária se encontra com mais intensidade no mercado de trabalho, com maior contribuição para a renda da família..

No caso de famílias com chefia masculina e cônjuge com idade acima de 50 anos, verificou-se um decréscimo do peso da renda feminina. Devido ao acesso a aposentadoria ou a trabalhos com menores remunerações, o rendimento das mulheres tende a perder importância (inferior a 26% em todas as regiões). Como consequência os homens chefes contribuíram com mais de 71,0% da renda total das famílias .

Nas famílias monoparentais, apesar das famílias com chefia masculina e sem a presença do cônjuge ser pouco representativa, a renda média mensal destas superou a das chefias femininas em todas as regiões analisadas. Ainda, no triênio 2002-2004, o rendimento mensal médio das famílias com chefia feminina correspondeu a 66,8% do percebido pelas famílias com chefes masculinos em Belo Horizonte, onde foi constatada a maior diferença. A menor diferença foi verificada em Porto Alegre, com um percentual de 76,5%. Desta forma, a desigualdade de rendimentos ocorrida no mercado de trabalho se reflete também na renda das famílias monoparentais.

O tamanho médio das famílias monoparentais variou entre 3,2 (Porto Alegre) e 3,8 pessoas (Salvador) naquelas chefiadas por mulheres e entre 3,1 (Porto Alegre) e 3,6 pessoas (Recife) naquelas comandadas por homens. Em comparação ao triênio 1998-2000, (o número médio tendeu a diminuir em todas as regiões analisadas).

Em relação ao triênio 1998-2000, os rendimentos médios de todas as famílias monoparentais sofreram retração. Para aquelas com chefia feminina, as maiores perdas ocorreram em São Paulo (21,5%) e Recife (16,2%), sendo que com chefia masculina, as maiores perdas se verificaram em São Paulo (29,3%) e Porto Alegre (16,8%). Analogamente às famílias formadas por casais com filhos, a redução de rendimentos, prevaleceu sobre a redução do número médio de pessoas, fazendo com que se reduzisse o rendimento disponível por membro da família. Analogamente nas famílias formadas por casais com filhos, a redução de rendimentos, prevaleceu sobre a redução do número médio de pessoas, fazendo com que se reduzisse o rendimento disponível.

A maior vulnerabilidade das famílias monoparentais chefiadas por mulheres se evidencia pela ocorrência do menor rendimento per capita dentre todas as tipologias analisadas. Considerando os dados do triênio 2002-2004 verifica-se que a renda *per capita* oscilou entre R\$ 189 em Recife e R\$ 343 em São Paulo. Essa vulnerabilidade não ocorreu, no entanto, nas famílias com chefia masculina, cujo rendimento *per capita* variou entre R\$ 268 em Recife e R\$ 515 em São Paulo.

As famílias monoparentais, tanto com chefia masculina como feminina, o rendimento do trabalho do filho assumiu maior importância dentro do total da renda familiar, ao se analisar a distribuição da massa total de rendimentos. Nessa organização familiar a renda dos filhos teve um peso maior para aquelas famílias chefiadas por mulheres.

Nas famílias chefiadas pelos homens, para o triênio 2002-2004, os chefes contribuíram com mais de 64,4% do total de rendimentos e os filhos com 30,6% na região metropolitana de São Paulo, local com maior peso da renda dos filhos dentro todos os analisado.

Para as famílias com chefia feminina, a participação da renda do chefe reduziu. Na maioria das regiões essa participação era equivalente a pouco mais do que a metade do rendimento total. Nestes casos, a contribuição do trabalho dos filhos assume maior importância, superior a 30% e atingindo 40,1% em São Paulo. Segundo o sexo dos filhos, o peso do rendimento dos filhos superou o das mulheres, mas foram também de grande importância para renda da família.

A composição da renda se altera conforme a faixa etária da mulher chefe de família. Para aquelas mulheres com idade entre 35 e 49 anos e que possuem filhos maiores de idades, podendo ajudar no orçamento doméstico, registrou-se um aumento da participação dos rendimentos dos filhos e diminuição do rendimento das mulheres. Contudo a maior parcela da renda familiar ainda é fruto do trabalho dos chefes. Em Recife, verificou-se a menor contribuição feminina (65,1%), mas não a maior dos filhos (25,7%), uma vez que na região pernambucana, a parcela da renda dos demais membros teve importância destacada (9,1%). Em São Paulo, por sua vez as mulheres chefes de domicílios participaram com cerca de 66,7% e os filhos com 27,9%, maior percentual observado.

Para as famílias com chefia de mulheres com mais de 50 anos, o rendimento dos filhos assume maior destaque, chegando a superar o rendimento dos chefes femininos em São Paulo (41,4% chefes e 52,6% filhos) e se igualando a Belo Horizonte. Esse fato pode ser explicado pela presença da aposentadoria como principal fonte de renda dos chefes e, quando na inserção no mercado de trabalho, pelos baixos salários percebidos por essas mulheres, muitas trabalham em serviços de limpeza ou empregos domésticos.

Nas famílias unipessoais, as pessoas que moram sozinhas gozam de melhores condições de vida que os integrantes de outros tipos de família, pela maior renda disponível. Isso também ocorre pelo fato

dessas pessoas estarem concentradas nas faixas de idade mais produtivas, e por isso, no auge de sua vida profissional. Nas regiões metropolitanas analisadas, o rendimento das famílias unipessoais femininas era pouco menos que o dobro do valor médio do rendimento per capita (Tabela 3). Na região metropolitana da capital da Bahia, as mulheres que morava, sozinhas recebiam R\$ 684, valor 98,4% superior a renda per capita das pessoas da mesma região (R\$ 345), nos últimos três anos.

Em todas as regiões metropolitanas pesquisadas, o rendimento das mulheres que moravam sozinhas era inferior ao dos homens que viviam em igual situação nos últimos três anos. Na região metropolitana de Salvador, onde as rendas das famílias unipessoais mais se aproximavam, o rendimento das mulheres equivalia a 91,3% do rendimento percebido pelos homens, em São Paulo, que tinha maior disparidades às mulheres recebiam apenas 73,3% dos rendimentos dos homens. Ao longo do tempo, entre os dois triênios analisados, essas diferenças se reduziram nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Salvador e São Paulo, mas se ampliaram nas áreas metropolitanas de Porto Alegre e Recife.

Entre os triênios 1998-2000 e 2002-2004, a evolução do rendimento das famílias unipessoais femininas acompanhou a retração de rendimentos que se observou em todas as famílias, com exceção da região metropolitana de Belo Horizonte, onde esse arranjo familiar foi o único na obter majoração dos rendimentos. Nas áreas metropolitanas de Porto Alegre, Salvador e Recife, entretanto, a retração do rendimento foi mais intensa que a média.

Por faixa etária, observa-se que as diferenças de renda entre os homens e as mulheres no arranjo familiar unipessoal refletem as grandes disparidades nas faixas etárias mais avançadas, de 50 anos ou mais, Nas faixas etárias de 35 a 49 anos, relativas às idades mais produtivas, o rendimento auferido pelas mulheres chegou a ser 4,8% superior ao dos homens na grande Belo Horizonte no último triênio, enquanto que na região de Porto Alegre esses rendimentos se igualaram. Já nas famílias unipessoais formadas por pessoas com ingresso mais recente no mercado de trabalho (até 34 anos), as disparidades ficaram expressivamente menores em todas as regiões metropolitanas analisadas, com a exceção da região metropolitana de Belo Horizonte onde o rendimento das mulheres representava apenas 79,4% da renda masculina.

Por nível de instrução, observa-se que as maiores disparidades de renda entre homens e mulheres que moram sozinhos estão concentradas nos segmentos de maior escolaridade, apesar de existir em praticamente todos os níveis de instrução no último triênio. Nas regiões metropolitanas com disponibilidade dessa informação, a menor diferença de renda entre homens e mulheres de famílias unipessoais com ensino superior completo foi percebida na região metropolitana de Belo Horizonte (R\$ 3.019 e R\$ 2.411) respectivamente Nas regiões de Porto Alegre, São Paulo e Salvador, as mulheres recebiam pouco mais que 70% do rendimento dos homens. Nas famílias unipessoais formadas por pessoas com ensino fundamental incompleto, as diferenças de rendimento eram expressivamente

menores, e na região de Recife, o rendimento das mulheres (R\$ 280) foi pouco acima do auferido pelos homens (R\$ 277). Entre os dois triênios analisados, observou-se em todos os níveis de escolaridade com os dados disponíveis, redução das diferenças entre homens e mulheres, sendo que as mudanças mais expressivas foram observadas nos segmentos com menores escolaridades.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A participação das mulheres nesse dois últimos triênios registrou um importante aumento porém estar empregada para mulheres ainda não significa igualdade em relação aos homens. Elas ainda se encontram ocupadas em atividades mais vulneráveis, recebem rendimento menores que homens e apresentam maiores chances de ficar desempregas. A análise dos dados demonstra que a desigualdade enfrentada pelas mulheres no mercado de trabalho acaba tendo reflexos sobre a participação das mesmas na estrutura familiar.

Embora os dados demonstrem uma ampliação da participação das mulheres como chefes de famílias, sua atuação fica mais restrita onde não há presença do cônjuge (famílias monoparentais e unipessoais). No modelo tradicional de família, organização nuclear, os chefes de família continuam sendo os homens com uma significativa diferença nos rendimentos, a desigualdade de renda praticada no mercado de trabalho manifesta-se claramente no interior do domicílio.

Além disso fruto na queda dos rendimentos dos ocupados, de uma maneira geral, e dos baixos valores de aposentaria pagos a grande parte da população brasileira, jovens e idosos voltam ao mercado de trabalho procurando com isso complementar a renda da família. Muitas vezes a renda dos jovens é maior que do cônjuge mulher indicando mais uma vez a fragilidades das ocupações femininas. A mulher ainda é vista pelo mercado como o trabalhador adicional, ou seja queda na renda familiar fruto da redução dos salários ou desemprego do cônjuge leva a mulher ao mercado de trabalho. A mudança na divisão sexual do trabalho na família e a mudança nas relações hierárquicas estabelecidas na família passam pela impossibilidade concreta de realização do modelo de chefe provedor e acima de tudo pelas transformações sócias e econômicas no qual passa o país.

BIBLIOGRAFIA.

BRUSCHINI, C e LOMBARDI, M.R. (1996). O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa. In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambu (MG). Anais. Belo Horizonte: ABET: V.1, p.483-516

CHAVES, L.L. (2000). *Estimativa da discriminação salarial por gênero para os trabalhadores assalariados da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Informe PED, Porto Alegre: FEE, v.9, n.esp., p. 85-94

DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

IBGE. Perfil das mulheres responsáveis pelos domicílios no Brasil em 2000. Internet: www.ibge.gov.br . Acesso 18 de fevereiro de 2005.

Kon, A (2001). Trabalho e gênero no Brasil : as políticas públicas propostas . In: *Encontro Nacional de Estudos do Trabalho*. Salvador (BA). Anais (CD). ABET.

SCORZAFAVE, L.G. e MENEZES-FILHO N. A Evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: Encontro Nacional de Economia, 28. Campinas (SP). Anais (CD). ANPEC.